



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 7/2023

Continuação da Sessão Ordinária de 26 de abril - 27 de abril 2023

Aos vinte sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, deu-se início à Continuação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- Lista de Presenças:-----

21 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º secretário em exercício), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Betânia de Melo Teixeira (em substituição de Pedro de Moraes Lobo Martins Julião), Elisabeta-Ecaterina Necker (2ª secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Luisa Mendes Caetano (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Victor Manuel Matos Coelho (em substituição de Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues), Claudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Dália Mogo (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr /Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----

1 Deputado Municipal do BE - Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins); -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Rui Cristina) e Fernando Santos. -----

Não esteve presente o Vereador João Paulo Sousa. -----

Faltou o Deputado **Eleutério João Pedro Rocheta**, do **GM do PSD** e o **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Francisco Ferreira Martins)** do **GM do PS**, não tendo sido substituídos; -----

Para coadjuvar os trabalhos na Mesa, para desempenhar as funções de 2ª Secretária foi convidada para integrar a Mesa a Deputada **Elisabeta Necker**, tendo sido perguntado se alguém se opunha, não se verificou qualquer manifestação de oposição. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à continuação da Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

Ordem de Trabalhos

3- Período da Ordem do Dia;

- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 631-2023 [GAP] - Alteração ao Regulamento de Atribuição de Medalhas de Honra e Mérito Municipal, nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; **para deliberação;**

- d) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 619-2023 [UOSJ] - Desafetação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno com a área de 3,400 m2, inserida no Loteamento Titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, Freguesia de Almancil, Concelho de Loulé; para deliberação;**
- e) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 628-2023 [DCMP] - Integração do Café Calcinha na Rota Cultural Europeia dos Cafés Históricos; para deliberação;**
- f) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 730-2023 [GAIQ] - Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) 2023-2026; para deliberação;**
- g) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 737-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento do Espaço de Incubação e Acolhimento de Atividades Económicas do Ameixial**, tem por objetivos a criação e fixação de Atividade Económica no interior do concelho e enquadra-se nas Estratégias de Desenvolvimento de Base Local, contribuindo para a fixação da população em zonas mais desfavorecidas; **para deliberação;**
- h) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento Municipal para o exercício da Atividade de Caravanismo e Autocaravanismo no Concelho de Loulé**, no âmbito da preservação e salvaguarda da paisagem, do meio ambiente, do conforto de quem aqui reside ou nos visita e que por vezes ocorrem, torna-se fundamental regulamentar esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Atividade Turística, garantindo a sua boa integração no tecido urbano e rural do Concelho, preservando o meio ambiente e prevendo a acomodação de todos; **para deliberação;**

- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 500-2023 [DFP] - Proposta de Fiscal Único da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M – conhecimento do Processo de Fusão por incorporação do Fiscal Único da Inframoura; para conhecimento;**
- j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 731-2023 [GAP] - Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias, previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2022, de acordo com o n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio; para conhecimento;**
- k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2023 [DACEC] - Município de Loulé em destaque no Relatório da OCDE sobre desempenhado ambiental de Portugal; para conhecimento;**

O **Presidente da Assembleia**, cumprimentou o Presidente da CML, Vítor Aleixo, os Vereadores, os Deputados, os cidadãos presentes e que acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à realização da Assembleia, língua gestual portuguesa, audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia. Vamos continuar a nossa reunião da sessão de ontem no ponto onde ficamos. _____

3- Período da Ordem do Dia;

- c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 631-2023 [GAP] - Alteração ao Regulamento de Atribuição de Medalhas de Honra e Mérito Municipal, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro; para deliberação; -----

O **Presidente da Assembleia**, concedeu a palavra ao **Presidente da Câmara**, que cumprimentou os presentes e declarou que a proposta apresentada é uma nova versão, diria que de recorte mais jurídico, uma nova versão do regulamento para atribuição das distinções das medalhas que atribuímos no dia do município a cidadãos que se distinguiram em ramos diferentes de atividade profissional ou artística. Enfim, é conhecido esse regulamento. -----

O Regulamento que, verdadeiramente, não era um Regulamento, agora sim, é um Regulamento porque, como disse, foi mais formalizado. Todo o aspeto dele e todo o conteúdo, não só o aspeto, mas o conteúdo, sobretudo agora tem um, digamos, um toque mais jurídico. É basicamente isto e faço notar que ele serviu-nos de guia durante muitos anos. É um regulamento que vem da década de 90, do século passado e que, entretanto, as coisas mudaram muito, nomeadamente aqui na Assembleia Municipal, onde nós hoje temos muito mais partidos políticos representados e o número da Comissão de atribuição das medalhas municipais praticamente era esgotado pelos atualmente representantes dos diferentes partidos políticos. -----

E, portanto, havia que para, não diminuir a representatividade da sociedade civil, havia que aumentar esse número. Foi o que fizemos, talvez a introdução e a novidade mais substantiva de alteração feita no regulamento. Pensamos que este regulamento, como ferramenta de trabalho para este momento, que é sempre um momento muito importante, como ferramenta de trabalho, tem maior utilidade porque o anterior já nos trazia alguns constrangimentos. Basicamente é isso. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que na leitura do Regulamento do artigo 2.º, da Constituição do Conselho Consultivo, a alínea f) refere os Presidentes das estruturas políticas locais. Acontece que, nem todos os partidos e as estruturas têm presidentes, há porta-voz, há diretores. É só alterar mesmo a denominação de Presidente, porque depende de partido para partido-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que cumprimentando todos os presentes, declarou concordar com aquilo que a senhora Deputada Ana Poeta disse. Nós pensamos que é necessário dignificar o ato da entrega das medalhas e valorizar os cidadãos a distinguir. Sentimos que a atribuição das medalhas tem seguido o caminho da banalização, e que é necessário alterar este sentimento. Quanto mais perto do poder, mais fácil será ser conhecido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A opinião pública e os cidadãos em geral sentem o mesmo. Limitar o número de possíveis candidatos ao máximo de 10 é um princípio louvável, mas nós gostaríamos que o caminho a seguir fosse, de facto, o da não banalização, o do rigor na apresentação das propostas e na escolha dos homenageados. É razoável exigir que os membros do Conselho Consultivo só possam apresentar duas candidaturas e virem acompanhadas da necessária justificação escrita. Ajudava a todos na decisão final na Comissão de Condecorações. Desde 1993 que o município distingue personalidades louletanas de reconhecida referência nacional, mas por vezes, homenagearam outros que nada tiveram a ver com Loulé? Muitos outros cidadãos louletanos, residentes ou não e entidades sediadas em Loulé, até agora foram mais de 200, 219, na sua grande maioria homens. Às mulheres coube a menor fatia. Honra seja feita em relação a Laura Alves, Lídia Jorge e outras mulheres de carácter e personalidade forte. ----- Concordamos com o proposto, porque tenta inverter a situação, dignifica os homenageados e valoriza o papel de decisão das Comissões de Condecoração.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes. Nós temos apenas uma dúvida, ou seja, se calhar foi erro nosso, mas tentamos procurar pelo regulamento que se regiam de 1997, creio eu, e não o encontramos, ou seja, tinha uma base e tinha um documento, isto é uma alteração a um regulamento existente e nós tentamos procurar a base desse regulamento. Isto porquê? Para compreendermos as alterações que foram feitas entre um e outro e podermos fazer a comparação entre elas, e não nos foi possível fazer. Portanto, aquilo que eu sugeria era, sempre que houvesse alterações a regulamentos que já estão existentes, se era possível enviarem a versão anterior e a alterada ou então utilizarem a versão que está em vigor com indicação das alterações no próprio documento, para que se possa entender.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, para esclarecer as questões levantadas, que iniciou por se dirigir a Deputada Ana Poeta, porque aquilo que diz faz sentido, com certeza, há partidos que têm dirigentes, outros têm coordenadores, dependendo, mas nós temos aqui que fazer uma leitura flexível e portanto isso não será obstáculo nenhum. Por exemplo, não sei como é que se chama do Bloco de Esquerda, por exemplo, provavelmente é coordenador. E convidamos o coordenador, do PSD convidamos o Presidente da Concelhia, não sei se é assim que se chama, no PS é, no PSD não sei, provavelmente será, enfim, eu acho que isso não é obstáculo porque vamos fazer uma leitura que é óbvia. Mas da próxima vez, acho que em regulamentos destes não se alteram com frequência, a menos que fosse uma situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

impeditiva normal de trabalho, acho que sim, valeria a pena e porque não podemos alterar aqui o documento neste momento, teria que voltar para trás para corrigir, e como me parece que a questão que coloca é uma questão, digamos, que se resolve no princípio de um entendimento e flexível da letra do regulamento, acho que não valerá a pena, se estiver de acordo, não é? -----

Portanto, o senhor Deputado Rogério Rochinha, concordo com o que disse e concordo também com o que disse a Deputada Bárbara Correia, que falta aqui a versão para poderem comparar. Da próxima vez teremos esse cuidado, embora quero dizer que na reunião do Conselho Consultivo, o PSD está representado com um membro lá, porque todos os partidos têm um representante e, portanto, provavelmente ele terá a versão atual, até esta que seguirá. Não sei se terá ou não, mas é uma, digamos, uma introdução prática futura que não custa nada assumir e eu peço nos serviços de apoio ao Executivo que, da próxima vez, em qualquer regulamento, seja essa prática nova a adotar para se poder de facto, comparar. E, portanto, quero sublinhar também que nos chegam propostas que são enviadas por correio eletrónico, muitas vezes são nomes que nem sequer trazem agregados uma pequena nota curricular e biográfica do nome proposto, o que não pode continuar. Há pessoas que nos propõem três, quatro, cinco nomes, não pode ser. A partir de agora, há o limite de dois. Porque assim deve ser, todos os anos, é uma dificuldade enorme para selecionar de entre os candidatos possíveis. Quanto à banalização, eu não gosto da palavra, peço desculpa porque nós padecemos, talvez, de uma perspetiva um bocadinho elitista quando olhamos para a sociedade. Portanto, os cidadãos posicionem-se ou esteja com eles em que escalão for da escala social, é sempre possível encontrar cidadãos de mérito e pode ser um jardineiro, pode ser uma senhora profissional que faz trabalhos domésticos. Pode ser, enfim, seja quem for. Eu acho que em todos os escalões da nossa sociedade, se é que posso referir-me assim, as pessoas são basicamente pessoas, todas elas igualmente inteligentes, e portanto, todas elas igualmente capazes. Essa coisa de banalizar, partindo do princípio que há uns que merecem e há outros não são merecedores, se é que posso interpretar assim as palavras do Rogério, eu aí permito-me discordar um bocadinho, mas isto não é motivo da discussão. Eu compreendi a ideia daquilo que disse, e muito bem. O que nós temos é que não permitir que quando estamos perante os nomes propostos, às vezes temos 20 nomes, 30 nomes. Isso é que não faz sentido e depois deixamos para o ano seguinte e por aí fora. Acho que esta proposta é uma boa proposta e que nos vai ajudar a fazer uma coisa que é bonita, que é, no dia do município, distinguir aquelas pessoas que de facto, de entre nós são exemplos, profissionais de dedicação a causas, pessoas que de facto merecem ser distinguidas pelos poderes públicos. Uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
d.

das alterações, diz-me aqui a Vice-Presidente é que, como o dia do município passou a ser insuficiente para relevar tudo aquilo que é este município, que é riquíssimo do ponto de vista da sua atividade humana, económica, associativa, desportiva e cultural, como um dia só é pouco para dedicar, nós passamos a ter uma semana dedicada ao município, portanto, é a Semana do Município e as medalhas possam ser atribuídas na Semana do Município porque pode não coincidir com o dia do município que, enfim, é tradicionalmente, o Dia da Espiga no concelho de Loulé. Muito obrigado. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que disse concordar com tudo aquilo que disse o senhor Presidente. Não foi minha intenção, quando falei em banalização dizer que não temos cidadãos de mérito, seja ele de que escalão for, seja um jardineiro, seja um doutor, seja aquilo que for. Não foi isso que eu quis dizer. O problema é que nós já vimos ao longo dos tempos na sociedade se atribuírem medalhas a gente sem mérito. Foi só isso que eu quis dizer, mais nada. Agora é evidente que no concelho de Loulé temos gente suficiente que tem mérito e também quando se põe um máximo de 10, não quer dizer que num determinado ano se tenha que atribuir a 10. Se só tiver que se atribuir a oito, só se atribui a oito. Só chegar a essa conclusão. Foi isso que eu quis dizer. Muito obrigado. -----

Passou-se à votação; -----

c) - Proposta da Câmara Municipal n.º 631-2023 [GAP] - Alteração ao Regulamento de Atribuição de Medalhas de Honra e Mérito Municipal, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de janeiro; foi **aprovada por unanimidade**. -----

O Presidente da Assembleia, passou ao ponto seguinte: -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 619-2023 [UOSJ] - Desafetação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno com a área de 3,400 m2, inserida no Loteamento Titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, Freguesia de Almancil, Concelho de Loulé; para deliberação; -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que afirmou terem um concelho que não para de crescer e, portanto, economicamente, socialmente, um concelho que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

demograficamente, ao contrário daquilo que se passa no resto do país, revela sinais de crescimento. E isso traduz-se em tudo o que se passa no concelho e isto conjugado com a transferência de competências que temos vindo a operar, em primeiro lugar da administração central para as freguesias, quer para os municípios, naturalmente, que as necessidades das freguesias não param de crescer. A freguesia de Almancil, que é uma freguesia muito dinâmica do nosso concelho, que muito contribui para a geração de riqueza e de atividade social no nosso concelho, tem necessidade, desde logo, de uma nova sede, mas isso é outro assunto. -----Neste caso concreto, estamos a falar de um terreno que precisam para servir de armazém de todos os seus instrumentos, máquinas, logística para trabalho e o município de Loulé como tem um terreno resultante de uma de uma concessão no quadro de um loteamento aprovado e que se encontra no domínio público-privado do município, vem aqui a esta Assembleia propor a passagem para o domínio público do município, para depois podermos atribuir à freguesia de Almancil para que a freguesia possa construir um armazém. Há outras freguesias que têm, Almancil precisa e a nossa proposta vai nesse sentido e para essa proposta peço a votação dos senhores Deputados.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que, cumprimentando os presentes, disse que a bancada do CDS congratulava o Executivo por esta proposta pelo que terá a total aprovação. De facto, só peca por tardia, porque as necessidades de Almancil são muitas, o espaço que é usado na cave do Centro de Saúde é sabido que há necessidade que seja usado para outros fins. Agora, questionava aqui o Executivo se não se poderia aproveitar este terreno, se não é suficiente, se não chega, se não dá para ter mais, não sei, peço desculpa de não ter conhecimento sobre esta matéria, para se avançar também junto ao armazém para um centro autárquico, que é uma grande necessidade de Almancil. -----

O atual espaço que a Junta utiliza como sede é alugado. É sabido que os alugueres são dispendiosos. Teve que ser adaptado e a Junta de Freguesia está em crescimento no seu pessoal, imagino que já estão a ficar apertadinhos naquele espaço. Agora, com a implantação do Espaço do Cidadão, mais adaptações foram feitas. -----

Foi apresentado na Junta de Freguesia, em sede própria, uma preocupação desta bancada, nomeadamente com a preparação do Balcão ao Cidadão no que diz respeito ao acesso de cidadãos de mobilidade reduzida, porque o edifício da Junta de Freguesia está numa rampa e eu vejo, naturalmente, com alguma dificuldade alguém em cadeira de rodas ou andarilho, ou algo que seja de apoio à sua mobilidade, vejo com alguma dificuldade em aceder àquele espaço, porque eu própria sou utilizadora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

do espaço, nomeadamente no espaço ao lado que é a farmácia e é difícil estacionar e é difícil mover-nos por ali. A minha questão passa por aí, se é possível, porque não há neste espaço, não sendo possível, para quando a Junta de Freguesia de Almancil terá uma sede digna, um centro autárquico à imagem de Quarteira, que não podemos deixar, perdão, senhor Presidente, mas não podemos deixar de ambicionar tamanha obra para Almancil. Muito obrigada. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes. Independentemente ou não obstante de ter sido uma decisão já dada como tardia, é óbvio que nós, a bancada do PSD, apoiamos, portanto, esta decisão, pois era uma necessidade que a Freguesia já vinha a manifestar há algum tempo.----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (Joaquim Pinto)**, que depois de cumprimentar todos os presentes, transmitiu os seus agradecimentos ao Executivo Municipal. Isto pode ser tardio, não é tardio, porque não há muito tempo esta parcela ainda não estava disponível, pelo menos na situação em que está e pelo serviço que isto irá prestar. -----

Eu agradeço as palavras da senhora Deputada Isilda (CDS), mas não será aquele o sítio adequado, uma vez que fica num extremo da freguesia e penso que o ideal será sempre uma área mais central para facilitar aos cidadãos. E já agora, a propósito dos cidadãos de mobilidade reduzida, verifica-se realmente isso, mas de qualquer forma, a 30m a norte entra-se facilmente e consegue-se entrar por ali. Agora, pois é evidente que a rua de Vale Formoso é uma rua de grande densidade de tráfego, talvez uma das maiores de densidade de tráfego no concelho de Loulé, tirando as nacionais e isso, em consequência, torna-se sempre difícil para todos os cidadãos que lá vão. De resto, não tenho mais nada a acrescentar. O meu obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e disse que a sua intervenção iria ser a mais curta daquele mandato. Sobre esta questão, queria dizer o seguinte, queria dizer o ditado popular, mais vale tarde do que nunca.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse não haver, propriamente, questões de fundo. A senhora Deputada Isilda, do CDS, coloca aqui uma outra questão, não estamos a falar da questão da sede da Junta de Freguesia, estamos a falar da cedência de um terreno para a construção dum armazém. Embora lhe diga que o senhor Presidente da Junta está, neste momento, a trabalhar com o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Executivo Municipal para podermos encontrar um terreno para a construção de uma nova Junta de Freguesia. Aliás, só não continuam na atual, porque muito generosamente e de iniciativa dele, sublinho, eu quero dizer isto para que fique muito claro, da iniciativa do Presidente da Junta de Almancil, partiu a ideia de ampliar o Centro de Saúde de Almancil e, imediatamente, se revelou disposto a deixar aquelas instalações para ocupar umas provisoriamente, enquanto não tivesse um edifício definitivo da Junta. Estamos a trabalhar nesse sentido. Entretanto, a população ficou com o Centro, o edifício todo ele ocupado para Centro de Saúde que foi, recentemente, inaugurado até pelo senhor Ministro da Saúde Manuel Pizarro. Enfim, mas isso é outro assunto. Concorde que precisamos de uma nova Junta ali. Boliqueime melhorou, Tôr também teve uma nova sede aqui há uns anos, São Sebastião também e, portanto, São Clemente também está a trabalhar, isto são sinais de crescente importância das autarquias locais/Freguesias e Juntas de Freguesia que vêm assumindo, nos últimos anos. Portanto, nós vamos fazendo as coisas ao longo do tempo, vamos trabalhando para que as coisas se possam fazer no interesse dos cidadãos para quem trabalhamos sempre.-----

O Presidente da Assembleia, passou à votação; -----

d) - Proposta da Câmara Municipal n.º 619-2023 [UOSJ] - Desafetação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno com a área de 3,400 m2, inserida no Loteamento Titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, Freguesia de Almancil, Concelho de Loulé; foi aprovado por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 628-2023 [DCMP] - Integração do Café Calcinha na Rota Cultural Europeia dos Cafés Históricos; para deliberação; -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que declarou que tal confirma a boa decisão que tomaram em 2014, no sentido de adquirir aquele edifício que, aliás, a aquisição seguiu-se a um outro momento anterior, pelo anterior Executivo ainda, que declarou aquele edifício como edifício de interesse municipal. É uma caminhada que dura há muitos anos no sentido de requalificar aquele espaço social, que é um café, que diz muito, à memória sentimental da comunidade louletana e agora demos um passo, porque há uma rede Europeia com estas mesmas características e nós, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que nos propomos aqui é a associação deste nosso Café Calcinha a esta rede Europeia dos Cafés Históricos. Portanto, tem a sua sede na Grécia, o Presidente desta rede é grego, mas existem vários cafés, em Portugal, existe em Coimbra, em Lisboa, no Porto e, portanto, o Café Calcinha de Loulé, como não podia deixar de ser, porque é um café bonito, um café muito bem localizado, um café que, como eu disse, diz muito, a muita gente desta cidade, está lindíssimo, está a trabalhar bem, felizmente aquilo que aqui vem, é a confirmação de tudo isto que eu acabo de dizer. Muito obrigado. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e relativamente àquele ponto deixou o apontamento de que é importante que se comece a dar ao Café Calcinha aquelas valências, que são importantes. Estas redes trazem todo um conhecimento, trazem toda uma divulgação que é importante para aquilo que se perspetiva para o futuro, que seja a evolução do Café Calcinha e o perpetuar da sua história que tão importante é para os louletanos e que deve ser abraçada em todos os aspetos. E, claro, concordamos, efetivamente, com esta proposta do Executivo. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que disse que o seu Partido se congratulava pela proposta, porque ela vai dar mais uma valência e mais uma qualificação a este importante ativo, um prestígio na economia, ativo público, no concelho e na cidade. Apesar de, pessoalmente, considerar que os preços praticados são um pouco altos, o que leva um pouco a, perdoem-me o termo, a elitização, enfim, digamos, da sua frequência. Isto poderá mitigar-se, mas é uma nota e que poderá de acordo com o contrato e no cumprimento do contrato que há de concessão. -----
Portanto, estes cafés têm um serviço específico, eu conheço o Majestic no Porto e outros, eles prestam um serviço de qualidade, prestam um serviço que tem uma referência específica e objetiva com esta qualificação e com este tipo de serviço que prestam, mas tem este senão. -----

O **Presidente da Assembleia**, passou à votação; -----

e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 628-2023 [DCMP] - Integração do Café Calcinha na Rota Cultural Europeia dos Cafés Históricos; foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 730-2023 [GAIQ] - Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) 2023-2026; para deliberação;

Foi concedida a palavra à Vereadora **Marilyn Zacarias**, que cumprimentou todos os presentes e disse que em 23 de março do presente ano, em reunião de Câmara, foi aprovado o Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação para o nosso município de Loulé. Por força da Lei 75/2013, ficou por incumbência desta Lei as autarquias integrarem e serem responsáveis deste Plano de Igualdade. O município de Loulé, em agosto de 2020, assinamos o nosso protocolo com a Comissão de Cidadania e Igualdade de Género. Eu trago aqui um resumo, que se calhar é mais fácil, porque o plano está em anexo à proposta e fizemos um resumo com as datas e com a explicação, mas é destacado e o que estiver depois em dúvidas estou cá para esclarecer.

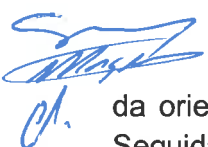
O Plano é previsto para quatro anos, de 2023 a 2027, sendo aprovado agora o nosso programa de 2023, já temos um ano aqui um bocadinho a meias, mas será cumprido dentro do tempo que está preparado. Em fevereiro de 2019, a Câmara de Loulé integrou o Plano do Pacto da Conciliação do Programa 3 em Linha, fomos o décimo quarto município do país a termos esta certificação que é da norma portuguesa 4552/2016. Em agosto de 2020, celebramos o protocolo, como disse há bocado, entre o município de Loulé e o CIG.

Em julho de 2020, houve a nomeação da Conselheira Interna, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal. Em setembro de 2020, fizemos a celebração do acordo de parceria com entidade da questão da igualdade, Associação para a Inovação Social e para a implementação do projeto, Redes das Autarquias para a Igualdade. Em janeiro de 2021, foi a nomeação da Conselheira Externa, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal. Em junho de 2021, a nomeação da equipa da igualdade por despacho, também do senhor Presidente da Câmara Municipal. E aqui, a título de informação, o município de Loulé foi convidado, em junho de 2022, a uma visita à Noruega para partilharmos as nossas medidas de conciliação e o nosso programa que já se encontra em desenvolvimento. Como disse há bocado, através da resolução do Conselho de Ministros de maio de 2018, que aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e não discriminação, neste âmbito, foi para 2018 e 2023, integrando três planos: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens, o Plano de Ação para Prevenção do Combate à Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica e o Plano para Ação para o Combate à Discriminação, em razão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

 da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Seguidamente, houve mais uma resolução do Conselho de Ministros, em junho de 2018, que aprovou o quarto Plano de Ação para Prevenção e Combate do Tráfico de Seres Humanos, 2018-2021. -----

Informar aqui que o nosso plano está integrado ou faz cada um referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nós conseguimos fazer uma conversão de as medidas estarem todas integradas em parceria com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agora passar aqui um bocadinho a explicar os domínios. -----

O Plano tem dois domínios, tem um interno e tem um externo. As áreas de intervenção deste Plano, identificadas no relatório que nós juntamos aqui à proposta, é assim, na conciliação trabalhamos interno e externo, na comunicação é interno, educação e formação interno e externo, na saúde externo, no social externo, espaços públicos externos. Temos, entre outros, a Igualdade de Géneros, que será interno e externo e na igualdade das condições do trabalho é externo. O número de ações previstas neste Plano que preparámos 2023-2027 serão no domínio interno 21, no domínio externo, 23. Estamos perante 44 ações que vamos desenvolver ao longo dos quatro anos e vamos tentar fazer o programa e está ali elencado, programas com a comunidade e programas com os nossos trabalhadores, daí o interno e o externo. -----

A nível de dar exemplos de iniciativas que já desenvolvemos, no ano de 2021, comemoramos pela primeira vez o Dia Internacional do Homem. Fizemos uma entrega até de uma pequena lembrança a todos os trabalhadores da Câmara. Há vários anos que o município já celebrava o Dia Internacional da Mulher. Em 2021 e 2022, as candidaturas e a agenda nacional do Dia Mundial para a Igualdade, que foram dinamizadas as seguintes iniciativas, dar aqui um pequeno exemplo de algumas iniciativas que fizemos. Fizemos a Caminhada e Pedalada pela Igualdade e pela Erradicação da Pobreza, fizemos uma sessão no cinema de curta-metragem com os jovens e que também foi muito interessante, com os jovens do liceu. Um destaque nos livros da semana sobre a temática da igualdade, sessões da hora do conto relevando o tema da igualdade e tivemos um painel também de cenário com a escola secundária, mais uma vez, onde integramos os jovens nestas atividades. -----

Em 2022 fizemos uma igualdade em movimento, também entregamos uns pins e fizemos mais uma caminhada. Também tivemos umas palestras, uns encontros que era "A Igualdade em Conversas" e uma tertúlia de Igualdade de Género. Há muitas mais atividades que estão ali elencadas e a nível de ações de formação também temos um plano de formação, que já realizamos algumas sessões de formação e está prevista também a continuidade. Em 2020, tivemos 218 pessoas a integrarem estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

formações da igualdade de género, da conciliação da vida profissional. -----
Em 2021/22 tivemos 196 pessoas e trabalhadores que participaram nestas formações. O nosso plano tenta agrupar e fazer, assim como dentro da Câmara, o Pacto da Conciliação cada vez tem tido novas medidas e vamos tentando acrescentar novas medidas, de forma a que o trabalhador também tenha condições de vida familiar e laboral. Dizer-vos também que fomos alertados, antes disso, queria só também informar que o município de Loulé, mais uma vez, acaba por estar reconhecido também pelas práticas que fazemos e fomos escolhidos para fazermos o quarto encontro das Redes da Autarquias para a Igualdade, na qual vamos ter a presença, inclusive, aqui da nossa Secretária de Estado da Igualdade e da Migração, que está prevista no dia 5 de maio e temos uma série de municípios como Amadora, Aljezur, Cascais, estará Loulé, Mangualde, Odemira, Palmela, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Gaia, que estarão presentes e vamos fazer uma partilha das redes das autarquias que estão inscritas nesta rede. Dizer também que fomos alertados, inclusive pelo senhor Presidente e pela Assembleia, de uma recomendação que tinha sido aprovada neste órgão, com respeito à adesão de Loulé à rede das Cidades Arco-Íris. Esta recomendação foi aprovada em junho, a 27/06/2022, seguidamente, foi encaminhada para os serviços da Câmara. Internamente, fizemos a proposta de informação para uma candidatura, uma adesão à candidatura que, à data de hoje, ainda não recebemos a resposta por parte deste instituto. Algum esclarecimento, fico ao dispor.-

Foi concedida a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que cumprimentou os presentes e, em primeiro lugar, salientou a importância daquele documento, que era da maior importância. Em primeiro lugar, é importante por várias ordens de razões, porque homens e mulheres ainda não são iguais no tempo em que vivemos. Ainda não existe uma real divisão de tarefas, as mulheres ganham, em média, menos 30% do que os homens e, portanto, enquanto isto acontecer, são necessários programas e são necessários nós desenvolvermos as tarefas no sentido em que haja uma real igualdade. Por outra ordem de razões, creio que não existe liberdade sem igualdade, mas também não pode haver igualdade sem laicidade e, portanto, para haver uma real liberdade religiosa, acho que o Estado que tem que estar desvinculado de todo e qualquer tipo de religiões e que tem que dar também as mesmas oportunidades a todas as religiões. Neste sentido, creio que deve haver aqui um pensamento neste sentido, que a Câmara deve verter, mas deixo também à disposição. -----

Outra ordem de ideias que também gostava de que deixar aqui, existe realmente um problema e um problema em todo o país, como um pouco por toda a Europa. As várias etnias, as várias minorias que existem no nosso país e na Europa, e em todo o mundo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

aliás, ainda são verdadeiramente discriminadas, ou seja, uma pessoa de uma minoria, ou de uma etnia que não predomina num determinado território tem dificuldade em ter emprego, tem dificuldade em ter um emprego regular, tem dificuldade em arrendar uma casa, tem dificuldade a ter uma rotina como, por exemplo, a nossa e, portanto, também é necessário, digo eu, que a Câmara trabalhe e adapte e realize um plano municipal para inclusão de etnias ou de minorias, porque faz todo o sentido.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que iniciou a sua intervenção com uma pequena brincadeira com o Executivo. Mas é que eu acho que anda alguém a espionar o meu tablet e a ler as minhas intervenções antes de eu as fazer, porque já me respondem antes de eu perguntar as coisas. Hoje é um dia histórico para Loulé, porque demos mais um passo para a liberdade que Abril nos trouxe. -----

O primeiro Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do município é dar cumprimento a um dos meus objetivos preferidos da Agenda 20-30, que é o quinto, que refere que até 2030 é necessário alcançar a igualdade de género, empoderar todas as mulheres e raparigas, acabando com todas as formas de discriminação e contra todas as formas de violência e garantir a participação plena e efetiva das mulheres e da igualdade e oportunidades de liderança. Ora, neste sentido, a bancada do PAN e a bancada do Bloco de Esquerda apresentaram, em 27/06/2022, uma moção conjunta que foi aprovada e que se deliberou os hasteamento da bandeira arco-íris, no edifício da Assembleia Municipal, no dia 28 de Junho, que é a data que se assinala o aniversário do motim de Stonewall, recomendando também ao Executivo que estabelecesse o contato com a organização responsável pela rede das cidades arco-íris, com vista ao seu apoio e a posterior adesão. A recomendação também para que o município aja no sentido de serem criadas políticas específicas de proteção, combate à discriminação e de inclusão à comunidade LGBTI e do município. Infelizmente, sabemos a dificuldade no processo de adesão à rede e esta bancada reconhece os esforços do Executivo. No entanto, gostaríamos de ver explanado no programa e no cronograma, o hasteamento da bandeira LGBTI, no dia 28 de junho e reforço esta questão para permitir que esta alínea da recomendação possa ser discutida, por exemplo, amanhã no Conselho Municipal de Educação. Sendo claro que a administração local é um agente privilegiado para a descentralização das políticas públicas no domínio da igualdade e da não discriminação, obviamente que o PAN acompanha favoravelmente este plano, na medida em que o mesmo é inspirador e poderá ser catalisador de mudanças no que concerne à igualdade e não discriminação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, recordou à Deputada Ana Poeta que, numa Conferência de Representantes, esta alertou para este assunto e que ele ficou de contactar o Executivo para saber se tratava de um lapso, e se eventualmente fosse, para que pudessem fazer algum aditamento; portanto, limitei-me a dar nota daquilo que a Conferência de Representantes deliberou, que foi que fosse esclarecida a questão da adesão à rede das Cidades Arco-Íris. Portanto, foi o que fiz, foi a resposta que tive do Executivo, logo na altura: que sim, que tinha sido feito o pedido e ainda não tinha havido resposta. Portanto, não acho que haja espionagens informáticas, é apenas uma boa comunicação entre Instituições.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que disse acompanharem o Plano Municipal. Só teceu algumas considerações porque a questão da igualdade, homem mulher já hoje em dia vai muito para além disso. E quero lembrar aqui aquilo que disse e que a Vereadora Maryln falou e que era o terceiro ponto que era o plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Já vai muito para além daquilo que é a simples igualdade homem-mulher. Eu depois vou dizer porque é que chamei a atenção para isto e para uma outra coisa que é um relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde, do ano passado, e que diz que, a nível global, uma em cada duas pessoas tem atitudes discriminatórias em relação aos mais velhos e, na Europa, uma em cada três diz ter sido vítima de discriminação com base na idade. As conclusões são de um relatório sobre o idadismo, um conceito enraizado na sociedade, publicado no ano passado pela Organização Mundial de Saúde. O idadismo inclui estereótipos, preconceitos e discriminações direcionadas às pessoas com base na sua idade e pode ser institucional, interpessoal, mas também contra si próprio. Apesar de ser transversal a todas as idades, sabe-se que acontece, sobretudo, em relação às pessoas mais velhas. No âmbito da Década do Direito ao Crescimento Saudável 2021-2030, a Organização Mundial de Saúde começou a desenvolver uma campanha global de combate ao idilismo e determinou três estratégias eficazes: as políticas públicas e legislação, intervenções ao nível da educação e ao contato intergeracional. Se calhar, um dia destes, vamos ter que começar a pensar em adotar nos processos de recrutamento e promoção para servidores públicos, em que se vise eliminar, de vez, esta barreira retirando a pergunta relativa, se calhar à idade e ao próprio sexo, uma vez que só dá opção de ser masculino ou feminino, o que é exatamente limitativo, conferindo aos processos de seleção uma verdadeira igualdade de oportunidades, baseada em critérios de idoneidade e competência. Já que estamos a falar de igualdade e não discriminação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Handwritten signature and initials in blue ink.

eu atrevo-me a fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Assembleia, que era saber em que situação é que está a possibilidade das obras de adaptação desta casa da Assembleia Municipal. E seguindo, há aqui uma parte que se diz assim “o município de Loulé tem um bom índice de cobertura nas respostas sociais” (Não duvido disso), “nomeadamente na cobertura de creches” (aqui já começo a duvidar um bocado), as amas não, jardins de infância também, da rede pública, lares já começo a duvidar um bocado, apoio domiciliário não e centros de dia também tenho alguma dúvida. Eu refiro isto aqui exatamente e gostaria que me explicassem porquê na semana em que se parou com a obra da creche em Quarteira. E, por isso eu gostaria de saber alguma coisa sobre esta questão, se fosse possível, já que estamos a falar em igualdade e não discriminação. Muito obrigado, Senhor Presidente.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e sobre o Plano de Igualdade e Não Discriminação de Loulé, e enquanto elemento da equipa local para a igualdade na vida local, tinha que registar duas coisas. -----

A equipa trabalhou intensamente na elaboração deste plano a partir do diagnóstico da situação que foi elaborado, obviamente, anteriormente, mas tenho que registar e deixar aqui dois nomes e vão-me desculpar todos os outros elementos da equipa, mas o seu a seu dono, e tenho que falar aqui na nossa Conselheira Interna, a Dra. Rute Nascimento e na nossa Conselheira Externa, Dra. Helena Silva Gomes, que foram, de facto, os motores deste plano. Eu poderia dizer mais coisas sobre tudo, sobre as medidas, e factualmente, houve um intenso trabalho que já está a ter os seus efeitos em termos daquilo que é, o que me pareceu, o que me apercebi ser do ponto de vista da conciliação no âmbito das práticas internas da Câmara Municipal de Loulé. E a seu tempo, inevitavelmente, teremos os efeitos daquilo que vão ser e que têm vindo a ser as atividades a nível externo. As questões ligadas à igualdade entre homens e mulheres, sim é limitativo esta distinção, mas é o que temos, faz todo sentido esta ser uma luta de todos e não é uma ideologia de género. É factual, as desigualdades existem, a discriminação das mulheres existe, a discriminação das minorias existe, a discriminação dos emigrantes existe e, portanto, não vale a pena arranjarmos aqui algum tipo de escape porque, factualmente, existe discriminação, existe racismo, existe xenofobia e cumpre-nos a todos combatê-lo numa perspetiva de igualdade e de equidade. Neste momento é só o que tenho para dizer.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse não se considerar impedido nem pedia escusa de participação no debate, apesar do nome da sua mulher ter sido mencionado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Porque é um trabalho no âmbito de trabalho de equipa é trabalho cívico e de cidadania, não há qualquer votação que implique nomes nem que implique qualquer coisa que eu, em consciência, ache que não deva participar. É a mesma situação, já há vários pareceres sobre isso, se os senhores Presidentes de Junta não pudessem votar nos seus orçamentos, porque são parte interessada, também alguma coisa não estaria bem. Portanto, é matéria de âmbito cívico na qual me sinto perfeitamente à vontade para continuar. -----

Depois, responder ao senhor Deputado **Rogério Rochinha** (BE) que, em relação às obras de adaptação da Assembleia Municipal elas, efetivamente, estão num processo de eventual negociação com uma coisa que será fundamental, que é a aquisição do rés-do-chão deste edifício para que possa haver um elevador. De qualquer maneira, e como já transmiti ao senhor Presidente da Câmara a minha opinião sobre o assunto, sinto-me perfeitamente à vontade para expressar aqui que, mesmo com um elevador, este edifício não fica com os problemas de acessibilidade, nem com os problemas de segurança resolvidos para o efeito a que se destina, que é um sítio onde todos os cidadãos devem ter acesso facilitado, em qualquer altura, quer haja luz, quer não haja luz, quer haja o que for. Portanto, do meu ponto de vista, o Município terá que pensar, a curto e médio prazo, no início do estudo da construção de um edifício, de uma infraestrutura, que permita que a Assembleia Municipal se realize com melhores condições para as pessoas de acessibilidades reduzidas, para os carros dos senhores Deputados terem estacionamento facilitado, eventualmente conjugando isso com outras infraestruturas que a cidade também precisará, como será o caso do auditório que, como todos nós sabemos, a nossa cidade continua a não ter. -----

O senhor Presidente já manifestou concordância com isso, trata-se apenas uma questão de timing e de oportunidade e, de facto, a habitação, como ainda vimos ontem, será a grande prioridade e o que menos queremos é que outros projetos possam impedir a celeridade daquilo que agora precisamos de concentrar na habitação. Mas na primeira oportunidade, quanto a mim, e penso que a maior parte de vós me acompanhará (a mesma questão já foi levantada pelo Deputado António Farrajota (CDS), que referiu que, mesmo com o elevador, isto continuaria a não ter condições de segurança). Portanto, este é o ponto de situação. De qualquer maneira, a Câmara já pediu a avaliação do edifício, a proprietária está na disposição de vender, penso que está em fase das informações dos avaliadores sobre o valor e, depois de concluir o processo negocial, chegar a um acordo com a senhoria. -----

Para terminar, apenas um comentário que eu não resisto a fazer sobre uma coisa que o **Rogério Rochinha** (BE) também referiu aqui, e que é a questão do idadismo. Efetivamente, sendo uma palavra de que eu não gosto, tudo aquilo que ela envolve é,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

de facto, um dos fatores de maior discriminação com que a nossa sociedade se confronta, hoje em dia, e que abrange um leque etário extremamente vasto. As mais e os mais jovens daqui sabem bem do que eu estou a falar porque antes de termos dezoito anos, tudo aquilo que possam dizer ou pensar, toda a gente desvaloriza. Mesmo depois dos 18 anos, não tens experiência, não sabes do que estás a falar. E a partir, depois dos 60, 60 e poucos, já te podes reformar aos 65 e já não estás em condições de trabalhar, deixaste de ser uma força de trabalho útil. -----

A juntar a tudo isto, e neste ambiente também de discriminação em função da idade, nós temos um flagelo, do qual apenas temos a noção da ponta do iceberg, que é a violência sobre idosos. E se em relação à violência sobre crianças, nas últimas décadas, tivemos uma evolução tremenda, se em relação à violência sobre crianças, podemos estar todos descansados, que temos mecanismos criados pelo Estado e em rede de que a deteção dessas situações, dos abusos, dos maus tratos, das negligências é uma coisa que está a funcionar, não direi a 100%, porque há sempre falhas, mas estará a 90% e muitos por cento, a funcionar, envolvendo escolas, envolvendo forças policiais, envolvendo serviços sociais das autarquias, envolvendo a Segurança Social, envolvendo as IPSS, envolvendo as Misericórdias, no que diz respeito à violência sobre idosos, nós não temos a mínima noção daquilo que se está a passar no nosso país, neste momento. Tudo agravado por uma questão que muita gente ainda tem, e que é a vergonha. Os idosos quando são vítimas por parte dos seus familiares e, nomeadamente dos seus filhos, sentem vergonha e sentem-se culpados daquela situação e perguntam-se onde é que eu falhei.-----

Foi concedida a palavra ao senhor Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que declarou concordar inteiramente nessa matéria e não podia deixar de ser de outra maneira. E quando eu falei na questão da idade, não falei só em questão aos maus-tratos. Falei aqui da questão do relatório da Organização Mundial de Saúde, mas referia-me uma outra coisa. Há 50 anos, na época do Estado Novo, alguém aos 45 anos já era muito novo para ser reformado, mas já era muito velho para trabalhar. Era isso que acontecia e até às vezes se costumava dizer, quando viam alguém assim, "eh pá, não te preocupes com isso que eu tenho ali mais dez à porta que trabalham até por menos dinheiro do que tu". Hoje, em vários setores da sociedade, no trabalho começa-se, não direi aos 45, mas começa-se a ver a mesma coisa. Quando se aumentou, eu não vou discutir agora essa questão, mas quando se aumentou a idade da reforma começou-se, em alguns setores, em Portugal a diminuir a idade para o qual estaria apto para trabalhar e começamos a ter muita preocupação com isso. -----
Eu acho que também nisso, se calhar, as pessoas não se apercebem do drama que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

está a trazer a muitas famílias, já com idades acima dos 55, próximos dos 60 anos, quando só se podem reformar aos 60 anos e meio. É tudo isso que deve ser levado em conta e, de facto, há batalhas para combatermos, há guerras, há guerras, são guerras. Um dia destes serão guerras que é preciso nelas combater. Vamos ver o que é que vai dar. Muito obrigado senhor Presidente.-----

Foi concedida a palavra à Vereadora **Marilyn Zacarias**, que disse, em resposta à Deputada **Ana Poeta** (PAN) que vão considerar o que já se fez no ano passado. E parece-me plausível considerar novamente o hastear da bandeira, no dia 28 de junho do mês. Também gostava aqui de reforçar esta intervenção da Deputada Maria Esteves (PS). Obviamente, está no poder de todos, mas vou aqui elencar as pessoas que integram a equipa da igualdade na vida local. É verdade, e concordo plenamente, que tanto a Rute como a Dra. Helena foram e são uma peça importante, fazerem os trabalhos, de saírem aqui da Câmara às oito e nove da noite, muitas das vezes, porque tínhamos aqui os prazos e a Maria estava presente com elas. E, portanto, acho que estas coisas também são de realçar e de ficar, porque só sabemos nós que estávamos lá e quem está de fora também é importante saber. -----

Esta equipa, portanto, é constituída: eu, na qualidade de Vereadora de Gestão de Pessoas, a Diretora Municipal, Dália Paulo, o Diretor Municipal, Júlio Sousa, a Rute Nascimento, é a nossa chefe do Gabinete da Igualdade, portanto, é a nossa Conselheira Interna, a Dra. Helena Silva Gomes, portanto, a nossa Conselheira Externa, a Sandra Vaz é a diretora do Departamento de Desenvolvimento Social e Saúde, Teresa Machado que é chefe da Divisão de Gestão de Pessoas, temos a Doutora Júlia Cardoso que é a representante da APAV, e em termos aqui da Assembleia Municipal, é a Maria Esteves, que nos representa e o Nelson Brasão, a nível das Juntas de Freguesia. Portanto, uma equipa composta por um membro de cada área. Dizer que tem sido um bom trabalho, na minha qualidade de responsável, não tenho mais que agradecer porque o empenho que tem sido feito aqui para conseguirmos chegarmos a estas datas e começar agora, ou ter a continuidade deste trabalho, deste plano que muito nos orgulha, porque é o primeiro plano do nosso município. Deixar aqui o agradecimento a esta equipa de trabalho. Com respeito às perguntas do Deputado Rogério Rochinha, eles não estão integrados, nem a creche, isto não tem a ver com o plano de Igualdade, não! É assim, neste caso, o meu colega Vereador Abílio, ontem falou desta situação da creche e não tem a ver com o Plano de Igualdade, não!-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Marta Teixeira (PS)**, que cumprimentou todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
A.

presentes e disse ter muito pouco a falar, mas é relativo à violência, que a deixa um tanto constrangida. A violência contra as mulheres, crianças, idosos devem ser mesmo vigiadas no nosso município, com muita cautela e austeridade. Como médica, tenho vários casos clínicos relativos, principalmente nas urgências. -----
Há violências praticadas no âmbito doméstico, principalmente, o que me deixa bastante constrangida outra vez. Repito, temos mesmo que reduzir-se estas péssimas estatísticas e sou testemunha de vários casos graves, inclusive no nosso município, e em tantos outros municípios em que trabalho, aqui no Algarve. Gostaria de parabenizar a todos por essa iniciativa e dizer que estou a vosso dispor, para apoiar e trabalhar nesse sentido. Muito obrigada e uma boa noite. -----

Foi concedida a palavra ao senhor Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que chamou a atenção para um parágrafo no Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação do Município de Loulé 2023-2027 e, neste parágrafo, diz «O município tem um bom índice de cobertura das respostas sociais» e expliquei aquelas em que eu acreditava mais e aquelas em que não acreditava, logo numa semana em que se pararam com as obras da creche, em Quarteira. Foi isso que eu disse, mas está aqui no Plano da Igualdade, fala das creches, fala destas coisas todas. Foi isso que eu disse. O que eu chamei anteriormente foi a atenção a isto, também que está aqui, para explicar porque é que eu iria falar da questão de que era limitativo a questão do homem e mulher. Foi exatamente isso que eu disse. Está cá no Plano de Igualdade. Muito obrigado. -----

Foi dada a palavra ao senhor Deputado **Carlos Costa (PS)**, dizendo que os considerandos foram perfeitamente escarpelizados. É um Plano em que ele, ele próprio, enfim, tem objetivos. Todos fazemos força para que ele, enfim, cumpra os seus objetivos. No entanto, diria que poderia haver, no futuro, uma quota de género e, portanto, masculino neste plano não é, porque há aqui uma coisa, uma grande discussão, não é? -----

O **Presidente da Assembleia**, passou à votação; -----

f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 730-2023 [GAIQ] - Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) 2023-2026; foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 737-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento do Espaço de Incubação e Acolhimento de Atividades Económicas do Ameixial, tem por objetivos a criação e fixação de Atividade Económica no interior do concelho e enquadra-se nas Estratégias de Desenvolvimento de Base Local, contribuindo para a fixação da população em zonas mais desfavorecidas; **para deliberação;** -----

O **Presidente da Assembleia**, para a apresentação a Proposta, concedeu a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que cumprimentou todos os presentes e afirmou que a proposta de projeto de regulamento seria deliberada para ir para consulta pública. Ela reflete sobre uma área que já é do conhecimento da Assembleia, onde está a ser feito umas obras de requalificação da antiga fábrica da cortiça no Ameixial para o desenvolvimento de atividades económicas neste local, com investimento público na ordem de 1.060.000 EUR. É um espaço de incubação e para acolhimento de atividades económicas, caracteriza-se por ter sete espaços, seis dos quais são armazéns com cerca de 120 m² e um espaço de coworking, e os objetivos essenciais são, precisamente, valorizar os recursos no território do interior, atrair a inovação para o interior, criar emprego direto e indireto e fixar novos residentes no interior. Portanto, estes são os objetivos, há mais um conjunto de informações relevantes no que diz respeito, designadamente, aos critérios de seleção das candidaturas. Senhores Deputados, não só agora como agora, no período de consulta pública, convido todos a participarem ativamente, porque quanto mais participarmos nos regulamentos, melhor eles refletem as necessidades da nossa comunidade. Obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Márcio Fernandes (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e quis parabenizar o Executivo, já o tinha feito anteriormente, mas por este projeto. É um sinal da vitalidade do que está a ser feito no interior. Muito se fala que, às vezes, no interior não há visão para o interior e esta é uma visão não só para a freguesia Ameixial, é uma freguesia que me diz muito, mas para toda a zona serrana e que vai potenciar a fixação de novas indústrias e de uma nova visão para esta área. É um investimento muito significativo, cerca de 1.200.000 EUR e penso que vai trazer, em conjunto com o que está a ser feito também ao nível da rede móvel e da nova visão da economia verde, penso que pode trazer um futuro mais sustentável para aquelas pessoas e evitar o êxodo rural e ser um complemento, como o senhor Presidente disse no outro dia, aos problemas do litoral.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que disse pensarem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
M.

que valoriza o interior e esperam também que, com a revisão do PDM, com a revisão em curso do PDM, se consigam dar respostas práticas para a fixação de empresas e pessoas para a recuperação também da atividade agrícola e florestal. Muito obrigado, senhor Presidente. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que declarou ser mais uma valência, mais uma qualificação para o interior. Eu sinto aqui, assiste-me dizer, que há uma matriz ideológica e do ponto de vista partidário, de quem tem estado à frente dos destinos neste concelho, de desenvolver o interior. Nos anos 70 e 80, um grupo de jovens começou a desenvolver o interior, começaram eles a desempenhar um conjunto de tarefas e a liderar o processo, ajudar os processos, assumir posições políticas na autarquia local e a desenvolver ideias, enfim, aquilo que parte do território e afastar o território aqui da sede do concelho. Sinto que este projeto é um projeto que vai complementar todas as valências, que neste momento existem como a piscina natural que lá está, na Fonte da Seiceira, a Casa do Povo, com o seu lar. Portanto, tudo isto com a matriz de quem tem vontade política de desenvolver o interior. Este é um exemplo, e até podia ser um exemplo tipo de como um conjunto de jovens e de juventude se tenta manter por lá, e fazer, enfim, digamos dali um território agradável e desenvolvido. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse que não iria dar a palavra ao Executivo, pois não foram levantadas questões. Parece-me que não há esclarecimentos a fazer. Eu sobre estas questões no interior, já sabem que é uma das minhas bandeiras, não perdoou. É fulcral e é estratégico que o nosso concelho aposte, decididamente, como esta medida e muitas outras já feitas e outras que faltam fazer, no desenvolvimento do interior. É urgente, não só fixar as populações que estão no interior, como conseguir atrair para o interior populações mais facilmente e pessoas que estão à procura de habitação e de emprego e que, facilmente o poderão fazer. Para além da qualidade de vida que isso representa, e nós vemos muitas vezes em reportagens televisivas por todo o país, a quantidade de cidadãos nacionais e estrangeiros que estão a regressar ao interior do nosso país com os seus filhos, porque não querem para os filhos o mesmo género de vida que eles começaram a ter, de stress, de poluição, de correria de um lado para o outro. Aquilo que o senhor Deputado referiu também, relativamente às telecomunicações e é uma grande aposta estratégica do Executivo, e que penso que já está em fase de execução, a cobertura móvel do nosso interior é, de facto, fulcral para o desenvolvimento do interior e para a fixação de pessoas. E, tal como disse ontem em relação à habitação, penso que estas questões do interior são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

consensuais a todas as bancadas, são consensuais a todas as ideologias e a todas as forças políticas. Portanto, também aqui o Executivo tem da parte desta Assembleia todo o apoio a todas as políticas que seja preciso usar e reforçar nesta matéria.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, dizendo meia dúzia de palavras que não têm outro objetivo que não seja o de sublinhar o tom geral em que a discussão do tema decorreu. De facto, este é um grande momento, é mais um passo no sentido de, ao nível local, trabalharmos para uma sociedade mais inclusiva, uma sociedade em que os valores do humanismo, da aceitação do outro, na sua diferença, possam ser materializados na prática. E, portanto, eu reputo este momento como um momento histórico e estou muito orgulhoso de que o Executivo Municipal tenha trabalhado tão bem, e dou os parabéns à senhora Vereadora que apresentou este trabalho e que fez questão, não sei se notaram, de nomear as pessoas, uma a uma aquelas pessoas. É que eu estou aqui já a pensar no dia de amanhã. Foi pena que não tivesse dito, porque, de facto, o outro tema, este é importante, com certeza, porque se trata de um grande investimento no interior, para atrair economia, porque nós andámos há muitos anos, a investir no interior, a contrariar aquela que é a dinâmica própria de uma economia em que os valores de mercado são preponderantes e prevalecem sobre tudo. E nós andamos, enfim, com vontade política, a contrariar aquela que é uma força muito grande, que é a força de uma economia de mercado e, portanto, desse ponto de vista, este investimento é muito significativo, com um investimento grande e na área económica. Mas o outro tema de facto, se me permite, senhor Presidente. -----

O **Presidente da Assembleia**, disse não iria permitir porque já estava fora da Ordem de Trabalhos, já foi votado, já foi aprovado por unanimidade.-----

O **Presidente da Câmara**, disse que queria apenas dizer que este é mais um investimento a somar a tantos outros. E quero relevar aqui o trabalho de todos os Executivos Municipais. Não só este, deste ciclo político, mas do anterior ciclo político do PSD, que também foi sempre muito ativo em investir no interior, em infraestruturas, em acessos e nós, no concelho de Loulé, em todos os ciclos políticos, temos dado bons exemplos e boas provas como esta é uma preocupação transversal à nossa democracia local e a todos os partidos políticos que têm governado o nosso concelho.-

O **Presidente da Assembleia**, passou à votação; -----

g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 737-2023 [DELCT] - Projeto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

A. Regulamento do Espaço de Incubação e Acolhimento de Atividades Económicas do Ameixial, tem por objetivos a criação e fixação de Atividade Económica no interior do concelho e enquadra-se nas Estratégias de Desenvolvimento de Base Local, contribuindo para a fixação da população em zonas mais desfavorecidas; foi **aprovada por unanimidade**. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

h- Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento Municipal para o exercício da Atividade de Caravanismo e Autocaravanismo no Concelho de Loulé, no âmbito da preservação e salvaguarda da paisagem, do meio ambiente, do conforto de quem aqui reside ou nos visita e que por vezes ocorrem, torna-se fundamental regulamentar esta Atividade Turística, garantindo a sua boa integração no tecido urbano e rural do Concelho, preservando o meio ambiente e prevendo a acomodação de todos; **para deliberação**; -----

Para a apresentação da Proposta, foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que disse tratar-se de uma proposta de projeto de regulamento que vem à Assembleia. Neste caso em particular é uma proposta de regulamento que tem sido trabalhada há algum tempo pela equipa e que, muito recentemente, após reuniões de trabalho intensas com a CCDR Algarve, tivemos o privilégio de ter todos os Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho em reunião, também a participarem ativamente e a partilharem as suas opiniões porque, apesar de termos, neste momento, uma área de serviço de Autocaravanismo aberto ao público, que é de Quarteira, teremos em breve mais duas, uma em Salir e outra no Ameixial e estaremos dotados de três ASAs. A expressão é mesmo esta, Áreas de Serviço de Autocaravanismo e haverá, naturalmente, no evoluir do concelho, cada vez mais soluções desta natureza. Enquanto não existirem, o regulamento ditará as regras para o concelho como um todo e daí os contributos dos senhores Presidentes de Junta, antes mesmo de vir aqui a proposta inicial à Assembleia. Ela pretende ordenar o exercício do Autocaravanismo no concelho de Loulé e dar-vos nota de que o código da Estrada mudou em que, enquanto anteriormente era proibido o estacionamento de autocaravanas na via pública, atualmente, ele é permitido durante 48 horas, a pernoita e o estacionamento das autocaravanas em qualquer local, exceto nos locais proibidos. Portanto, quer dizer que teríamos que sinalizar todas as localidades a proibir o estacionamento. -----

Este Regulamento vem regular e disciplinar em que será proibido o estacionamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

em todo o concelho, exceto nas áreas de serviço definidas e, uma vez que nem todas as freguesias estão dotadas de áreas de serviço, todos os Presidentes de Junta, naturalmente em concordância com o município, poderão determinar bolsas, áreas específicas nas suas freguesias para, apesar de não serem áreas de serviço, poderem dotar essas áreas de estacionamento. Porquê? Porque o Autocaravanismo é também uma atividade económica, potencia a atividade económica, a visita dos territórios e foi esse o entendimento quando trabalhamos conjuntamente com uma equipa lata, obviamente o resultado final é sempre mais positivo e era só essa a nota. Obrigado. -

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que referiu que o senhor Vereador David Pimentel falou num parque no Ameixial. Pronto, é interessante, eu gostaria de saber se esse parque, que está ou que vai ser feito, se é aquele que começou a ser feito há 20 e não sei quantos anos. Muito obrigado.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que cumprimentou os presentes e perguntou ao Executivo se tem alguma ideia dos locais previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 7º. É que, realmente, este regulamento apresenta uma limitação extrema à prática do caravanismo. Basicamente, existem três áreas: Quarteira, Salir e Ameixial. Concordo que não nos podemos associar ao caravanismo, dito selvagem, mas também acredito que não podemos limitar o exercício desta prática, através de limitações excessivas e de punições. Ainda há dias, ouvimos nesta Assembleia, preocupações relativas às políticas Mais Habitação e à preocupação de alguns dos Deputados desta Assembleia relativa à falta de camas, nomeadamente, na atividade de alojamento local. Notem, estes turistas, trazem as suas camas e têm também eles direito a um late check-out. é porque a limitação da pernoita das 22 às 7:00 da manhã, não me parece adequada. Obrigada. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que informou considerarem que a elaboração deste Regulamento Municipal, para o exercício da atividade de caravanismo e Autocaravanismo, no concelho de Loulé, é muito importante e necessária, em especial para o controlo do estacionamento indevido e para garantir a legitimidade das entidades responsáveis de atuarem. Ressalvamos, no entanto, que este regulamento já vem tarde, sendo, aliás, reconhecido no próprio regulamento pelo Executivo, que passo a citar "o concelho de Loulé tem sido alvo nos últimos anos de um aumento considerável de atividades associadas ao caravanismo e Autocaravanismo, e tendo em conta também que, desde 2015, a CCDDR subscreveu o protocolo de colaboração para a rede de acolhimento ao Autocaravanismo, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]

d. região do Algarve". Questões em concreto, em que estado é que se encontram as obras de adaptação dos espaços para as áreas de serviço de Autocaravanismo no Ameixial e em Salir? Relativamente a Quarteira, o espaço para a área de serviço de Autocaravanismo é também o espaço do mercado, que se realiza todas as quartas-feiras, o que leva a que na noite anterior à realização da feira, as autocaravanas sejam obrigadas a retirar-se do espaço que lhe foi alocado, sendo que umas se colocam no terreno imediatamente ao lado e outras são aparcadas nas imediações. E, portanto, aquilo que queremos questionar e se porventura estará bem sinalizada a solução para esse dia específico da feira. Outra questão e terceira questão, quando é que se prevê o funcionamento em pleno das áreas de serviço de Autocaravanismo? E, por último, porque é que não se aproveitou este momento da elaboração deste regulamento para dotar também destes equipamentos as freguesias do interior em que esta realidade está tão presente? Falamos, por exemplo, da União de Freguesias. Obrigada. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Marta Teixeira (PS)**, que disse que a atividade de caravanismo e Autocaravanismo é, realmente, um estímulo relevante para o aumento do turismo, principalmente turismo no interior e, conseqüentemente, da melhora económica para todo o nosso município. Era só essa observação e, mais uma vez, elogiar outra vez quem fez essa iniciativa louvável. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, perguntou, já que só tinha apenas 30 segundos, se seria possível ter mais dois minutos o Executivo, porque também tinha que solicitar apoio ao colega Vereador Abílio Sousa. Dois minutos da Bancada do PS por favor, se for possível. -----

Depois de autorizado, o Vereador **David Pimentel**, retomou a palavra respondendo ao senhor Deputado Rogério Rochinha, que a área de serviço do Ameixial e o parque que iniciou a construção há mais de 20 anos, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Senhora Deputada Carla Gomes, os locais de exceções definidos no artigo que mencionou são precisamente para ser trabalhados com os Presidentes de Junta. As limitações que são impostas é porque há muita dificuldade da própria GNR, que também participou na reunião com os Presidentes de Junta, neste caso a GNR, na figura do Comandante do concelho, esteve presente e foi até a GNR que dizia que estava a sentir uma cada vez mais crescente dificuldade de gerir o espaço do território e é necessário, de facto, regular. Não estamos a proibir, estamos a regular, limitar e definir quais são as áreas conjuntamente com os Presidentes de Junta, onde essas atividades poderão ser desenvolvidas. O horário da pernoita é para essas áreas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

exceção, porque nas áreas de serviço terão outros tipos de horários que possam ser feitos. Senhora Deputada Bárbara Correia, no que diz respeito às obras do Ameixial e de no Salir e quando é que terminam, vou deixar para o meu colega vereador Abílio. Sobre o mercado das quartas-feiras ser no mesmo espaço físico, isso acontece há anos e os números da atividade da área de serviço de Quarteira continuam a progredir. Tiveram apenas durante a Covid, de facto, um interregno. Os dados da CCDDR são publicados com frequência e poderá ver que não é por essa questão e a sinalização, com certeza, será bem feita, mas está aí o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira que poderá responder melhor do que eu. Sobre a data para início do funcionamento das novas ASAs, das novas áreas de serviço, vou deixar também para o meu colega Abílio. E sobre outras freguesias que queiram áreas de serviço, isto foi dito taxativamente na reunião com os Presidentes de Junta, nós estamos ativamente à procura, conjuntamente, de novas localizações, de novos terrenos, porque é intenção do município continuar a prover soluções reguladas, disciplinadas para a promoção de uma atividade que é importante, com particular incidência no interior do concelho.-----

O Presidente da Assembleia, esclareceu que o senhor Deputado Carlos Costa terá dado dois minutos ao Executivo e o 1.º Secretário em exercício percebeu oito e foi oito que transferiu. Se tivesse sido os dois, o senhor Vereador já não falava. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio Sousa**, que cumprimentou os presentes e disse que, em relação, à conclusão das obras na freguesia do Ameixial e Salir, estão praticamente concluídas e estão ali em algumas preparações finais que têm de ver com algumas deficiências na parte elétrica. No entanto, na altura quando foi feito, estas duas intenções de construção que se vão finalizar muito em breve de parque de Autocaravanismo, foi procurado também satisfazer as necessidades da freguesia, da União de Freguesias e na Freguesia de Alte só que, na altura, não foi encontrado qualquer tipo de terreno que pudesse, de alguma forma, efetuar a construção dentro do perímetro urbano. Isto foi um financiamento através de um programa PADRE. -----
Na altura entramos em contato com a Presidente de Junta, Margarida. Existia um terreno, uma propriedade que até é da Câmara que está dentro da aldeia de Benafim, mas que se encontra fora do perímetro urbano, ou seja, não daria para fazer a construção que se pretendia. -----

Em Alte, de igual modo, e para não perdermos este financiamento, avançámos com as candidaturas de construção no Ameixial e Salir e, oportunamente, conforme o meu colega David Pimentel disse, assim que for oportuno, e com a revisão do PDM, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

 certeza que havemos de chegar às outras freguesias. Obrigado. -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (Telmo Pinto)**, que cumprimentou os presentes e referiu que, em termos da sinalização, não é uma preocupação para os caravanistas que eles têm GPS. Eles conseguem descobrir todos os locais. Não é mais sinalização que se coloca em Quarteira que faz com que eles vão descubram o parque de caravanas. Por acaso têm uma dinâmica muito própria, quando os vemos, por exemplo, no forte novo ou nas praias, eles próprios, na comunicação entre eles, já lá chegam. Acho que era esse tipo de comunicação que estavam a falar, não era? Depois, relativamente à quarta-feira, a dinâmica do mercado é muito grande, nós não temos outro terreno na freguesia que dê a resposta ao mercado. Por isso, ele mantém-se naquele local, mas também temos um terreno ao lado que é para onde eles se deslocam no dia anterior ao mercado e no dia logo a seguir, portanto, eles conseguem fazer essa alteração, já esse percurso, sem grande preocupação. Há uma coisa muito importante no Autocaravanismo, o Autocaravanismo não vem aqui substituir os parques de campismo. São 72 horas, no máximo, que eles têm que se manter nas caravanas é mesmo para circularem, portanto, tem umas regras muito próprias. Às vezes nós confundimos isso com o campismo, mas eles não podem ultrapassar aquelas que são as regras impostas pela lei. Portanto, isso também faz com que não exista uma preocupação para os manter durante muito mais tempo.-----

O **Presidente da Assembleia**, passou à votação; -----

h- Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento Municipal para o exercício da Atividade de Caravanismo e Autocaravanismo no Concelho de Loulé, no âmbito da preservação e salvaguarda da paisagem, do meio ambiente, do conforto de quem aqui reside ou nos visita e que por vezes ocorrem, torna-se fundamental regulamentar esta Atividade Turística, garantindo a sua boa integração no tecido urbano e rural do Concelho, preservando o meio ambiente e prevendo a acomodação de todos; foi **aprovada por maioria, com 33 votos a favor (21 PS, 7 PSD, 2 CHEGA, 1 BE, 1 CDS, 1 PAN) e 1 abstenção (CDU)**. -----

O **Presidente da Assembleia**, informou não haver mais matérias para deliberar. Vamos passar às matérias para conhecimento desta Assembleia.-----

Passou-se ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 500-2023 [DFP] - Proposta de Fiscal Único da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M – conhecimento do Processo de Fusão por incorporação do Fiscal Único da Inframoura; para conhecimento; -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que nem tinha planeado intervir, mas só muito sucintamente referiu ser a fusão entre duas entidades. A empresa municipal Inframoura tinha um fiscal único, uma sociedade revisora da contabilidade. Ela foi fundida numa nova entidade que também se dedica à mesma área de atividade e é apenas para conhecimento. Se houver alguma dúvida, estamos cá para esclarecer. -----

i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 500-2023 [DFP] - Proposta de Fiscal Único da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M – conhecimento do Processo de Fusão por incorporação do Fiscal Único da Inframoura; a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta; -----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 731-2023 [GAP] - Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias, previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2022, de acordo com o n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio; para conhecimento; -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que explicou ser um relatório que, por lei, estão vinculados, anualmente, a levar à Assembleia, depois de o aprovar em reunião do Executivo. Como devem ter reparado, é um relatório feito com muito cuidado, grande rigor, até porque houve uma intensíssima atividade da oposição, sobretudo ao nível do Executivo, da atividade do Executivo Municipal, as perguntas foram constantes, os pedidos muito regulares e nós atempadamente respondemos sempre a tudo aquilo que nos foi solicitado. E, portanto, ele está convosco, como podem constatar. Tempos houve em que nem tudo correu da melhor maneira, mas devo dizer que, nos últimos anos, a sensação que eu tenho, que o Executivo tem, é que nós temos vindo a melhorar significativamente, quer o tempo de resposta, quer a qualidade de respostas e, portanto, temos o sentimento de que estamos a cumprir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
A,

muito bem aquela que é uma obrigação legal nossa e a qual nós executámos. como não podia deixar de ser, para a qualificação ainda maior, se possível da nossa vida política, democrática, local. E, portanto, estou disponível para responder a qualquer questão.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que disse não concordar totalmente com o senhor Presidente da Câmara. De facto, tem melhorado, isso é indubitável e seria tendencioso da sua parte não dizer que isso tem acontecido. Tem melhorado, mas há sempre coisas que poderemos continuar a melhorar. E, repetidamente, nalguns casos, o meu camarada Carlos Martins tem chamado a atenção para algumas coisas que chegam a conta-gotas e algumas coisas que são mal informadas. E ainda há uma outra coisa. Se calhar, vou ter que recordar aqui uma coisa de há alguns anos atrás. Normalmente, as recomendações aprovadas nesta Assembleia, na nossa opinião, as recomendações aprovadas por esta Assembleia, normalmente, não são acatadas. -----

Eu quero lembrar uma coisa que eu próprio apresentei nesta Assembleia já há uns anos, não era o senhor o Presidente desta Assembleia Municipal que foi aqui aprovada e que fazia parte do programa do Partido Socialista, que foi o Provedor do Município e nunca a Câmara Municipal fez qualquer coisa para que isso acontecesse. E, como esta, outras. Por isso, senhor Presidente, permita-me discordar de si nessa matéria, melhorou é verdade, não tenho dúvidas, não temos dúvidas absolutamente nenhuma sobre isso, mas há coisas ainda a melhorar como a chegada, às vezes, de alguns documentos a conta-gotas. Eu ainda não percebi uma coisa, que eu gostaria de tentar perceber, é porque é que normalmente o relatório do Presidente, que foi discutido na última Assembleia, um relatório extenso, é sempre a última matéria a chegar. Normalmente, chega um dia ou dois antes da Assembleia. -----

O **Presidente da Assembleia**, respondeu ao senhor Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que neste mandato atual, o Executivo não falhou uma única vez, uma resposta dentro dos prazos aos requerimentos feitos pelos Deputados nesta Assembleia. Portanto, isto não é especulativo, é factual, é uma questão de consultarmos as respostas. Houve apenas uma questão, uma resposta agora que demorou mais tempo e que se deveu a um problema informático que, por acaso, passou por mim, que tenho o mau hábito de encaminhar as coisas do meu telemóvel às tantas da manhã, quando elas chegam, e não seguiu porque era demasiado pesado com os anexos que tinha. E quando se foi ver se a resposta demorava muito, ela demorava imenso porque ainda não tinha sequer chegado ao destinatário. Mesmo assim, no prazo de uma semana,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a resposta chegou ontem, durante o decorrer da Assembleia. -----
Portanto, registo aqui, efetivamente, para já um elogio à Doutora Dália Paulo, que é o elemento da Câmara, o elemento de ligação da Câmara a esta Assembleia, e é com ela que as coisas são articuladas quando há perguntas, quando há respostas, quando há coisas que estão a demorar e, de facto, sou testemunha de que não falhou uma única vez e a esse nível, tenho um agradecimento, em nome da Assembleia, a fazer ao cumprimento dos prazos legais, muitas vezes respondidos antes aos requerimentos formais feitos pelos Deputados. Efetivamente, há aqui coisas que podemos melhorar. É evidente que há sempre margem para melhorar. -----
Há uma questão que a Assembleia, a Mesa da Assembleia, também pode ter alguma responsabilidade que é partilhada, porque é minha e dos Deputados respetivos, quando uma questão não é respondida logo na Assembleia, eu já pedi aos senhores Deputados que a formalizem por escrito, porque quando ela é formalizada por escrito, a Mesa da Assembleia consegue manter o controlo da resposta, se foi dada, se não foi dada, se está a demorar, se não está a demorar, se está atrasada. Quando ela fica apenas no âmbito das atas, quando as atas vão ser feitas, a gente já não se lembra de ver o que é que ficou por responder. Portanto, este novo regulamento também diz que os senhores Deputados, quando não obtêm resposta durante a sessão às questões colocadas ao Executivo, devem passá-las a escrito e enviá-las para a Mesa da Assembleia. Penso que com isto melhoraremos nós o nosso funcionamento e permitimos que o Executivo também melhore o seu, porque também percebo que para o Executivo, que faz um esforço para vir aqui, tal como nós, porque a presença de todo o Executivo tem sido uma constante em quase todas as sessões, sei por experiência com outros colegas de Mesa da Assembleia, que em muitas Assembleias, há muitos Presidentes de Câmara que não vão e quando vão uns, não vão outros. Aqui temos tido uma presença quase total, justificada, muitas vezes em questões pontuais, com questões de saúde ou com questões familiares, da presença do Executivo perante esta Assembleia, o que considero também é um sinal de respeito do Executivo perante todos nós e perante as pessoas que nos elegeram. -----
Portanto, em termos do estatuto da oposição, eu penso que em relação ao ano passado, e tivemos na altura oportunidade de debater isso e de fazer sugestões, muitas delas foram aceites pelo Executivo e penso que, neste momento já temos um melhor trabalho na concretização do objetivo da lei que é, efetivamente, que a oposição tenha todas as condições de trabalho para que possa fazer o seu trabalho de forma construtiva e eficaz. E, naturalmente, que em relação àquilo que tem falhado, são algumas respostas a questões verbais, na qual a Mesa também assume responsabilidades; algumas feitas pelo público e que nós não controlamos se depois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten 'd']

elas, efetivamente, são respondidas ou não. Portanto, em termos de melhorias a fazer, este é o meu contributo também com a nossa declaração de intenções que vamos passar a estar atentos a isto também com este novo regulamento. Mas quero pedir aos senhores Deputados que quando as vossas questões não são respondidas, no final da sessão, no dia seguinte, enviem um e-mail para a Assembleia a dizer, senhor Presidente, não foram respondidas estas questões, agradecemos que o senhor Presidente da Câmara me responda. Este é o meu comentário antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para algum comentário final.-----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, que referiu ter ouvido aquilo que o Deputado Rogério Rochinha disse e que era o ponto de vista dele. Eu não tenho mais nada a acrescentar, a não ser que continuaremos a fazer um esforço para responder ainda melhor a todas aquelas que forem as perguntas, as solicitações dos senhores autarcas, da oposição e do público também.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que fez uma chamada de atenção. Nós ontem recebemos uma comunicação a dizer que os comentários na transmissão que estava a ser feita, no dia de ontem, estavam desativados. Não sei se foi uma falha por breves instantes ou se foi por um tempo mais alargado, mas convinha saber que eles alguma vez tinham estado ativados. É só uma chamada de atenção, porque como nós sabemos que o público nos está a ver em casa, inadvertidamente, podemos impedir as pessoas de se quiserem participar de o fazer.-----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu o alerta, mas disse que pensava exatamente de maneira contrária. Eu penso que a transmissão deve servir para as pessoas ouvirem aquilo que aqui se está a passar, mas não é uma forma de participar, porque desta Mesa, por exemplo, ninguém vai ver para poder responder aos comentários, para poder esclarecer, ou seja, se é apenas um sítio onde as pessoas vão lá pôr o que quiserem, dizerem sem qualquer tipo de feedback nem de resposta eu, pessoalmente, acho que ele nem sequer deve existir, porque também percebo que é legítimo que alguém que escreve lá alguma coisa pode estar na expectativa de obter uma resposta. -----

A maneira das pessoas participarem na Assembleia é virem cá. Através das redes sociais, pessoalmente, eu não estou preparado ainda para poder estar aqui a dirigir a Assembleia e, simultaneamente, estar a dar respostas na rede social. Uma nova geração de Presidentes de Mesa da Assembleia poderá estar apta a isso. Ainda não é o meu caso, acho que não estou nada mal, já estou como o outro, para a idade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

avançada, eu vou conseguindo dar conta do recado das novas tecnologias, que também já não são tão novas quanto isso. Mas agradeço, agradeço porque vou falar com a equipa técnica. Do meu ponto de vista, aquilo será para estar desativado e estar sem comentários.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, dizendo que, só para não ser considerado por alguém alguma ligeireza nisto, é só porque sempre foi possível fazer comentários. Hoje, por exemplo, estávamos a verificar se funcionava, voltou a funcionar. Só não funcionou ontem, portanto, a questão acho que foi clara. Foi só perguntar se foi lapso da equipa, claro que não é a Mesa que está aqui a controlar, mas alguém estará lá para desligar ou ativar. Portanto, acho que é normal acharmos estranho quando sempre foi, deixou de ser e voltou a ser. Portanto, mas se a Mesa decidir e bem que continue a ficar liberta ou continua a ficar bloqueado, tudo bem, é uma decisão.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse ser partidário dos processos participados, de forma que a Mesa, na próxima reunião da Conferência de Representantes, vai discutir este assunto para chegarmos a uma deliberação conjunta. Eu confesso a minha ignorância, desconhecia por completo. Já vi várias sessões, mas nunca me apercebi que havia sequer comentários. Acho que isto é assunto para ser discutido em sede de Conferência de Representantes. É, como disse ontem, e volto a repetir, e penso que para todos nós também é motivo de orgulho, nós nunca tivemos uma única votação na Conferência de Representantes, portanto, todas as deliberações da Conferência de Representantes durante este ano e meio, independentemente de visões políticas, de visões partidárias, foram sempre tomadas por unanimidade. O bom senso tem imperado e penso que continuará a imperar. Portanto, agradeço o alerta. A resposta: não, não foi deliberado, não foi desativado. Se foi, foi um problema técnico. Sim, mas vamos aproveitar para repensar a questão de fundo e perceber o que é que aqui está.-----

j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 731-2023 [GAP] - Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias, previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2022, de acordo com o n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio; a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Proposta; -----

O **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2023 [DACEC] - Município de Loulé em destaque no Relatório da OCDE sobre desempenho ambiental de Portugal; para conhecimento;

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**.

O Vereador **Carlos Carmo** cumprimentou os presentes e explicou levarem o assunto para conhecimento, pela sua dimensão e pelo reconhecimento que o mesmo devia encher de orgulho, porque é um reconhecimento ao município por parte de uma entidade internacional. É um Fórum Mundial de política que promove políticas para preservar a liberdade individual e melhorar o bem-estar da população no mundo inteiro e esta quarta avaliação de desempenho ambiental, para Portugal, feito por esta organização pela OCDE no passado mês de março, referiu um único município em Portugal como um município exemplo para as políticas e a ambientais e cito o documento que frisa “uma ação climática ambiciosa em termos municipais e que ilustra o papel que os municípios podem desempenhar no que toca às questões do clima e do ambiente”. E, também no mesmo documento, considera alguns dos passos importantes para que este reconhecimento tenha sido feito desde o ano de 2016, em que Loulé aderiu ao projeto Adapt Local, a adoção de medidas promotoras de sustentabilidade do concelho, cumprimento das metas de descarbonização, o mérito da aprovação do primeiro Plano Municipal de ação climática em Portugal, ao abrigo da nova Lei de Bases do Clima, a criação do Observatório Municipal de Ambiente e Território, as respostas à seca através de medidas de eficiência hídrica vinculadas no nosso plano municipal de contingência para períodos de seca, a aposta nas energias renováveis, a criação, o processo que está para a criação da reserva natural local da Foz do Almargem. Enfim, um conjunto de medidas que são veiculadas neste documento e que, termino a dizer, é um orgulho para este município ter sido referência única nesse relatório para um município português, mas também este reconhecimento só pode ser possível graças, e deixo aqui uma palavra a todos os técnicos municipais das várias áreas, às escolas, às empresas e à comunidade em geral de todo o concelho, porque deve-se a todas estas entidades, obviamente, com a orientação do município que, desde 2013, atribuiu a esta matéria uma matéria prioritária na sua ação governativa. E ao dispor para qualquer questão que queiram colocar.

Foi concedida a palavra ao Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que disse ter ido ler a página 11 do documento e a caixa que lá vem. De facto, eu acho que devemos sempre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

valorizar o reconhecimento que é feito às autarquias, neste caso ao Município de Loulé em relação a isto, mas já que fala lá da questão do Almargem, eu gostaria de fazer uma pergunta, já que o senhor Vereador falou. Em que situação é que está, neste momento, a questão da reserva natural local do Almargem? Muito obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, para referir que está, neste momento, na elaboração do relatório de ponderação após o período de discussão pública que já foi feito. Tem havido um conjunto de reuniões com entidades externas, com proprietários, com unidades orgânicas dentro do município, para trazer a esta Assembleia, após a sua aprovação em reunião de Câmara, do relatório de ponderação para finalizar o processo de classificação da reserva dessa área como reserva natural local e depois também a devida validação pelo ICNF.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse, sobre o assunto, e pensava expressar a opinião de todos, este assunto foi conversado em sede de Conferência de Representantes e no Período de Antes da Ordem do Dia, pensar que é orgulho para todos nós as referências positivas ao nosso Município, ainda para mais num relatório internacional de uma instância de referência como é a OCDE. Portanto, dar os parabéns ao Executivo pelas suas políticas nesta área e que levaram a esta referência elogiosa, que nos coloca entre os melhores da Europa nesta matéria. E tentaremos fazer com que noutras, outros relatórios da OCDE também nos façam as devidas referências, como em muitas outras será também justo que sejam feitas. -----

Nada mais havendo, senhores Deputados, muito obrigado pela vossa presença, pela vossa paciência. Àqueles que nos acompanham em casa, convidá-los a assistirem presencialmente é sempre mais interessante, embora mais quente, o ambiente aqui, o calor humano é grande. Muito obrigado a todos. Continuação de uma boa noite.----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata que, depois de discutida e aprovada, será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O 1º SECRETÁRIO em exercício

A 2ª SECRETÁRIA em substituição

